

A AGENDA 2030 E SEUS PARADOXOS

Uma Análise Crítica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

*Jaqueline Harumi Dias Takahashi¹,
Eduardo Rocha² e Luana Pavan Detoni³*

Resumo

Esta resenha analisa a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, destacando suas contradições e limitações. Em suma, ela representa um avanço no compromisso global com a erradicação da pobreza e a sustentabilidade, entretanto não rompe com a lógica econômica dominante, mantendo o crescimento como princípio estruturante. Discute-se o paradoxo entre crescimento econômico e sustentabilidade, assim como, desigualdade na aplicação dos ODS entre países e as falhas na governança global. Argumenta-se que, sem mudanças estruturais, a Agenda 2030 corre o risco de ser apenas uma adaptação ao modelo vigente, sem impactos transformadores.

Introdução

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, aprovada por unanimidade pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas em setembro de 2015, é um plano de ação global voltado para promover a prosperidade econômica, a equidade social e a proteção ambiental (Nações Unidas, 2015). Seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas estabelecem um compromisso multilateral para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e enfrentar as mudanças climáticas até 2030. Diferente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 busca uma abordagem mais abrangente e integrada, envolvendo governos, setor privado e sociedade civil em um esforço coletivo para o desenvolvimento sustentável.

Embora a Agenda 2030 represente um compromisso multilateral para enfrentar as crises globais, ela **não rompe com a lógica econômica que gerou essas crises**. A proposta assume que ajustes institucionais e inovações tecnológicas podem tornar o crescimento econômico compatível com a sustentabilidade, ignorando críticas mais profundas sobre o impacto do modelo de produção e consumo dominante. Além disso, a ausência de mecanismos obrigatórios de cumprimento das metas enfraquece sua capacidade transformadora.

Críticos como Hickel (2019) argumentam que a Agenda 2030 falha ao não abordar a necessidade de um decréscimo econômico controlado em países ricos, para que os limites planetários sejam respeitados. Essa omissão demonstra como os ODS são formulados dentro de uma lógica que privilegia o crescimento como solução, sem

considerar seus impactos negativos. Da mesma forma, Escobar (2016) destaca que os ODS reforçam uma visão ocidentalizada de desenvolvimento, ignorando epistemologias indígenas e modos alternativos de relação com o meio ambiente.

Nesse contexto, a presente reanálise analisa criticamente a Agenda 2030, discutindo três eixos centrais: **sua abordagem de universalidade frente à desigualdade entre países; o paradoxo entre crescimento econômico e sustentabilidade; e as limitações da governança global e da participação social nos ODS.**

Universalidade frente às Desigualdades

A Agenda 2030 parte do princípio de que todos os países devem adotar os ODS e adaptar suas políticas para atingir as metas globais. No entanto, essa abordagem **ignora as assimetrias estruturais entre o Norte e o Sul Global** e a influência histórica do colonialismo e do neocolonialismo na perpetuação da pobreza e da dependência econômica.

Embora a Agenda 2030 reforce a importância da cooperação internacional, ela **não aborda o sistema econômico que mantém países periféricos dependentes de exportação de commodities e vulneráveis a crises financeiras globais**. A ausência de mecanismos de compensação histórica, como perdão de dívidas externas ou taxar transações financeiras internacionais, demonstra a falta de comprometimento com uma redistribuição efetiva da riqueza global (Nações Unidas, 2015).

A proposta de universalidade dos ODS desconsidera as desigualdades estruturais entre os países em diversas questões. A exigência de transição energética e a mudanças nos padrões de produção e consumo, por exemplo, são impostas de maneira homogênea, sem considerar que muitos países dependem de modelos econômicos baseados em recursos naturais. Assim, os ODS impõem desafios desproporcionais a países menos industrializados, enquanto nações desenvolvidas continuam a explorar mercados emergentes para manter seus próprios padrões de crescimento (Nações Unidas, 2015).

Crescimento Econômico e Sustentabilidade: Um Paradoxo Não Resolvido

A premissa central da Agenda 2030 de que é possível conciliar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental se mostra contraditória. O ODS 8, que propõe “sustentar o crescimento econômico per capita” enquanto “dissocia o crescimento da degradação ambiental” (Nações Unidas, 2015, p. 26), não apresenta mecanismos concretos para que isso ocorra de maneira concreta.

O conceito de crescimento sustentável, criticado por autores como Latouche (2009), mantém a ideia de progresso baseada na exploração contínua de recursos naturais. A dependência de soluções tecnológicas e mercados verdes não altera a lógica da acumulação e do consumo intensivo, perpetuando a crise ecológica global. Em vez de promover um modelo econômico regenerativo, os ODS reforçam a expansão econômica como estratégia de combate à pobreza, sem reconhecer seus impactos negativos no equilíbrio ambiental.

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Participante do grupo de pesquisa, ensino e extensão Cidade+Contemporaneidade.

² Doutor em Arquitetura, professor e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL.

³ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPEL. Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS). Graduada e mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL).

Governança Global e Participação Social Limitada

Outro grande problema da Agenda 2030 reside na ausência de uma governança global. O compromisso assumido pelos Estados é voluntário, sem mecanismos de aplicação (*enforcement*) que garantam o cumprimento das metas. A inexistência de sanções para países que não atingem os ODS compromete sua efetividade, tornando o plano apenas uma recomendação e não um objetivo a ser atingido.

Além disso, a Agenda 2030 enfatiza o papel do setor privado na implementação dos ODS, o que gera um conflito de interesses. Grandes corporações que historicamente contribuem para desigualdades e danos ambientais são agora tratadas como parceiras no alcance do desenvolvimento sustentável, sem que suas práticas estruturais sejam questionadas (Hickel, 2019). Essa captura corporativa da sustentabilidade limita a capacidade de transformação dos ODS.

A participação social também se mostra restrita. Os mecanismos de deliberação sobre os ODS são dominados por Estados e instituições multilaterais, sem um espaço efetivo para movimentos sociais e comunidades locais. Isso enfraquece o potencial da Agenda 2030 como um instrumento democrático e reflete um modelo tecnocrático de governança que prioriza a manutenção da ordem econômica vigente.

Considerações finais

A Agenda 2030 representa um avanço significativo na formulação de diretrizes globais para o desenvolvimento sustentável, consolidando um compromisso internacional com a erradicação da pobreza, a justiça social e a preservação ambiental. No entanto, sua abordagem conciliatória e a ausência de mecanismos de aplicação (*enforcement*) limitam seu potencial de transformação estrutural. Ao evitar confrontar diretamente as desigualdades globais e a lógica extrativista do capitalismo, os ODS acabam servindo mais como um ajuste ao sistema vigente do que como uma proposta real de mudança.

O paradoxo entre crescimento econômico e sustentabilidade permanece uma das maiores contradições da Agenda 2030. A busca pela expansão contínua do PIB, sem mecanismos concretos para dissociá-la da degradação ambiental, coloca em risco os próprios objetivos propostos. Além disso, a governança global baseada em compromissos voluntários e a participação desigual de atores sociais reduzem a capacidade da Agenda de gerar impacto real e democrático.

Diante dessas limitações, é fundamental que a implementação dos ODS seja acompanhada de um debate mais crítico sobre alternativas econômicas e modelos de governança mais inclusivos. A incorporação de epistemologias diversas, especialmente dos povos indígenas e comunidades tradicionais, poderia contribuir para um desenvolvimento sustentável mais equitativo e alinhado com os desafios reais do planeta. Sem essas perspectivas, a Agenda 2030 corre o risco de se tornar mais uma promessa global não cumprida.

Referências

ESCOBAR, Arturo. *Autonomia e design: a realização de futuros alternativos*. Elefante, 2016.

HICKEL, Jason. *Less is More: How Degrowth Will Save the World*. Random House, 2019.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Martins Fontes, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ONU, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: [data de acesso].